

Considerações teóricas a respeito da narrativa para a área educacional

Artur José Renda Vitorino¹

Resumo

Esta comunicação enseja trazer algumas considerações de como a narrativa está sendo mobilizada pelo campo educacional, seja como fonte de pesquisa e/ou exposição dos resultados da pesquisa educacional. Nela, buscar-se-á: i) elementos contrastantes e diferenças realizados pelos estudos da história do conceito de história e da ambiguidade cognoscitiva da história entre duas epistemologias não coincidentes, mas que possibilitaram uma interpenetração entre narrativa histórica e ficcional; ii) estudos do gênero narrativo em que mostram como o romance realista moderno, sendo uma forma dominante da arte narrativa, tem um longo passado; e, por fim, iii) que a narrativa, para a área educacional, necessita atrelar-se ou mesmo atritar-se com o que foi exposto em i) e ii) a fim de definir as suas especificidades, diferenças e complementaridades quanto à natureza da narrativa presentes no campo da narrativa história e no campo da narrativa realizada pelos estudos literários.

Palavras-chave: Narrativa; Fonte de Pesquisa; Educação; Literatura; História.

1. Narrativa histórica e narrativa ficcional

Numa prolífera emergência de compreensões, as quais não serão expostas aqui, o problema da narrativa foi discutido em muitas ocasiões e por diversos intelectuais brasileiros nas décadas de 1970 e 1980. Um desses debates foi o “Colóquio Narrativas: Ficção e História” (1988), realizado de 25 a 27 de novembro de 1987 e promovido pelo Setor de Literatura Brasileira do Departamento VI do Instituto de Letras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Nele estiveram presentes diversos pensadores do quilate de Benedito Nunes, Bento Prado Júnior, Luiz Costa Lima, Ricardo Benzaquen, Nicolau Sevcenko, Francisco Iglésias, Luiz Felipe Baêta Neves, Luiz Eduardo Soares, Silviano Santiago, José Miguel Wisnik e José Américo Motta Pessanha, os quais discutiram nesses três dias os seguintes temas: i) crise da hegemonia do discurso científico e reabilitação da ideia de História como narrativa; ii) a possibilidade ameaçadora de que todo conhecimento se dissolva em ficção por meio de Platão e Descartes; iii) As relações entre metáfora e Ciência, metáfora e História; iv) Leitura como ficcionalização da História e historicização da ficção; v) a imaginação do historiador, a imaginação do romancista; vi) o historiador – contemporâneo fictício do passado; vii) História como figuração; viii) os novos historiadores; ix) o sentido histórico em Vieira; x) Narrativa e ciências humanas.

¹ Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Escola de Ciência Humanas, Jurídicas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Campinas. E-mail: arturvitorino@puc-campinas.edu.br
Anais do I Fórum Ibero-americano de Pesquisas em Educação
Universidade São Francisco – Itatiba – São Paulo – Brasil

Com o relógio histórico atrasado com relação às ideias elaboradas em outras plagas do norte geográfico do globo terrestre – tema que Roberto Schwarz (1987) denominou de “Ideias fora do lugar”, quando investigou a dialética de forma literária e processo social na obra de Machado de Assis – para a cultura local brasileira a perda de um liame ou uma espécie de fio de prumo que nos permitia separar e nomear com uma certa segurança cognitiva e epistemológica entre o que era um discurso ficcional e o que era um discurso histórico, isto gerava um desconforto, pois até pela percepção comum tínhamos os termos “estória” (para dizer sobre uma narrativa ficcional ou crônica de fatos que também podiam ser feitos legendários) e “história” (para dizer de uma narrativa factual e, assim, considerada verdadeira por estar assentada em evidências).

Concordando com a fala de Lima (1988, p. 63) feita nesse colóquio, quando afirmou que “Na ciência, como na vida cotidiana, quando um paradigma se torna exclusivo, teorizar-se faz desnecessário ou impossível”, era evidente que somente estavam a discutir sobre narrativa: ficção e história porque o gosto de teorizar não se generaliza sem que antes se difunda os sinais de crise, seja no modo de compreender um certo objeto (crise em uma disciplina), seja no lidar com o próprio cotidiano (crise de um paradigma). Assim, continuava Lima (1988), teriam de se perguntar: a que crise estavam se referindo? Pois, a respeito das teses narrativistas na escrita da história, ao menos à primeira vista, as teses narrativistas antes pareciam insinuar o *revival* da escrita da história do século XIX do que indicar alguma ruptura.

Ou seja, mesmo que estivessem sob uma severa crítica quanto ao pressuposto caro à história positivista, o de descrever o passado tal como foi (*wie es eigentlich gewesen*), conforme havia sido dito por Leopold Ranke, no século XIX, o máximo que os historiadores haviam conseguido chegar foi a de criticar a ideia da substancialidade dos fatos, quando Febvre insistia em seu caráter de *construção*. Mas isso revelava, também, ser um embate francófono, capitaneado por Fernand Braudel em seu combate a fim de não frustrar o empenho de seus ex-mestres e colegas e fazer um combate contra a história factual e defender as categorias de *longue durée*, das histórias das mentalidades, da história quantitativa. E todas elas mantinham sua contradição à história narrativa.

Ainda nesse mesmo colóquio, Nunes (1988) nos alertava que, antes dessa crítica a Ranke, a História – ou antes – a narrativa história e a narrativa ficcional havia passado por diversas dicotomias: História Profana e História Sagrada, que deu sequência, no século XVII, depois que os humanistas do Renascimento situaram os estudos históricos

na vizinhança da Retórica, o delineamento de uma segunda bifurcação, a História-arte e a História-ciência, a narração e a pesquisa, definidas e separadas no séc. XIX.

E foi no séc. XIX que Ranke personificou o ideal da História-ciência, num ideal oposto à História-arte, fundada na pesquisa das fontes. Assim, para Ranke, tanto quanto para Burke, a narrativa como relação de acontecimentos concatenados seria a etapa preparatória da generalização indutiva, caminho do verdadeiro conhecimento histórico, firmado em leis explicativas.

Mas, como essa proposta de História-ciência estava ancorada na ideia de História-pesquisa, isto possibilitou a emergência da ideia de uma não-coincidência do conhecimento e da percepção, conquista, no que tem de essencial, da revolução científica dos séculos XVI e XVII, sendo assim uma História da História, uma História do acesso ao passado, de que não oferece senão um conhecimento mediato, indireto, e portanto fora da esfera do visível, mediante traços ou vestígios (documentos, monumentos) visíveis e presentes. Conhecimento mediato incorporando o processo crítico das fontes que o valida é ao mesmo tempo justificação do alcance de seus próprios meios, empregados numa reconstrução conceptual do passado. Para Nunes (1988, p, 11), aqui “a imaginação projetiva parece ausentar-se, a vivência particular do historiador substituída pela ordem das razões, como garantia da objetividade de sua reconstrução”.

Nota-se, assim, que essas duas espécies bifurcadas de uma mesma disciplina assinalam, de acordo com Pomian – citado por Nunes (1989, p. 11) - uma ambiguidade cognoscitiva da história oscilando entre duas epistemologias não coincidentes – a “implícita do historiador escritor, e aquela, algumas vezes explicitada, do historiador pesquisador” (Pomian, 1984, p. 22). Esta dualidade epistemológica teria favorecido a passagem da História ao âmbito das Ciências Sociais, que alargaram para os fatos presentes, reconstruídos, o alcance do conhecimento mediato. (Observação que não será aqui desenvolvida: e isto a despeito de a obra de Tucídides – *História da Guerra do Peloponeso* – ter sido uma investigação do tempo presente por meio da percepção visual). E a prática institucionalizada do conhecimento histórico, assimilando a desconfiança das Ciências Sociais aos acontecimentos, acabaria, em consequência, por abandonar a narrativa. Nesse sentido, argumentou Nunes (1988, p. 11):

[...] a questão da diferença entre narrativa histórica e narrativa ficcional redundaria talvez no confronto entre as duas epistemologias mencionadas [por Pomian]. Mas é certo que não se pode discuti-la hoje independentemente dos problemas mais

geral das relações entre forma de pensamento e forma de linguagem, que enquadram os conceitos de Narrativa, Ficção e Ciência.

Desta perspectiva, em princípio, a História e a Ficção se entrosam como formas de linguagem, pois ambas são sintéticas e recapitulativas, assim como ambas têm por objeto a atividade humana. E, se é aceitável a função extensiva da Ficção nas teorias científicas da Natureza, e se podemos admitir igualmente a interferência da primeira com a História, então o caráter de ciência, conquistado pelo conhecimento histórico, não suprime a base narrativa, que mantém o seu nexos com o ficcional.

Esse ensaio de Benedito Nunes (1989) da questão da narrativa, que aqui estamos procurando glosar, é muito amplo, sistemático e completa a sua circunscrição. Por isso, o que comentamos nesta seção é somente uma entrada na questão ali pontuada, e sem pretensão de percorrer todos os passos dos argumentos ali expostos. Deste modo, ao buscar responder à pergunta central desse ensaio – como se entrelaçam História e Ficção? – Nunes mobilizou especialmente Paul Ricoeur para responder que é na refiguração do tempo que a narrativa histórica e a narrativa ficcional se interpenetram, sem se confundirem. Deste modo, com respeito às duas epistemologias, a da História-Ciência e da História-Arte, elas se complementam na base do tronco narrativo comum que também se une, como formas simbólicas similares do pensamento, História e Ficção.

Por fim, e convém somente pontuar aqui que Bento Prado Júnior, em seu comentário da questão da narrativa proposta por Benedito Nunes, trabalhou com a hipótese que a ideia de narrativa, implicada na interpretação psicanalítica, é crucial para o exame das teses de Nunes e Ricoeur a respeito da interpenetração entre narrativa histórica e a ficcional.

2-Gênero narrativo pela crítica da ficção

Especialmente a partir dos anos 1950, no campo dos estudos literários foi considerado uma novidade a análise do gênero narrativo. Mas se considerarmos, entre outros, como precursores os prefácios de Balzac, certas passagens da correspondência de Flaubert, os prefácios, notas e cartas de Conrad, os cadernos de Dostoiévski, os estudos de Zola, como demais meditações esparsas aqui e ali de diversos romancistas (como Chateaubriand, Stendhal, V. Hugo, Maupassant), pode-se considerar que o início da crítica propriamente dita do gênero narrativo, em especial da ficção romanesca, são os prefácios de Henry James à famosa edição completa dos seus romances, chamada a edição de Nova

York, de 1907-1909. Esses prefácios foram reunidos em volume isolado, organizado e prefaciado por Richard Blackmur, em *The Art of the Novel*, de 1934.

Em todo o complexo do “fluxo da composição”, James foi vasculhar o próprio James, com o fim de compreender a arte da narrativa ficcional. Assim, estabeleceu os meios de composição de suas narrativas: arte e artista, arte e ideal, arte e moral, a busca e o crescimento do assunto, a técnica da descrição e da caracterização, o ponto de vista narrativo, o fantástico e o sobrenatural, os personagens históricos; romantismo e realidade, a questão do tempo, a forma orgânica e o centro da composição, a cena dramática, a novela como forma, a antítese das personagens, a anedota, a ironia, enfim todos os aspectos técnicos artísticos e temáticos para esmiuçar a arte da narrativa ficcional.

Lançada essa plataforma, reflexos imediatos dos prefácios de James na história da crítica moderna de ficção podem ser notados nos livros de Percy Lubbock, *The Craft of Fiction*, de 1921, e de E. M. Forster, *Aspects of the Novel*, de 1927, como também no trabalho de Edwin Muir, *The Structure of the Novel*, de 1928. Neles estão presentes as noções essenciais lançadas por James.

Nesses prefácios, Henry James explicou e defendeu seu método narrativo, ao procurar traduzir as qualidades formais do drama de palco para o romance numa tentativa semelhante à de refinar o artista para fora da arte. E tantos escritores literatos quanto estudiosos do tema da narrativa proliferaram-se em várias partes do planeta.

Paralelamente, e sem ligações com os ingleses, na área eslava desenvolviam-se iguais preocupações com os problemas da narrativa. O formalismo russo, a princípio em Moscou, depois em Parga, antes de se irradiar pelo Ocidente, estabelecia também um nascedouro de extraordinária vitalidade na transformação do gênero narrativo. V. Chklovski (*Uma teoria da Prosa*, 1924), e, sobretudo, V. Propp, com o seu *Morfologia do Conto* (1928), davam um passo gigantesco, somente compreendido de todos pelos ocidentais à medida que, pela década de 1950, iam sendo traduzidos ou referidos por alguns iniciados, como R. Wellek, cujo livro *Theory of Literature* (1949), com A. Warren, é considerado a bíblia dessa nova crítica, e principalmente depois da publicação do livro de V. Erlich, *Russian Formalism* (1955). Dos formalistas russos, a figura que se tornaria de maior influência em todo o Ocidente seria R. Jakobson, com repercussões no estudo da poesia, da narrativa, lidando com dados oriundos da linguística, da semiótica, da antropologia.

Na Inglaterra e nos Estados Unidos, por todo os anos de 1940, a renovação crítica na narrativa invadiu universidades, passando, tal como na poesia, a dominar a técnica do ensino e os estudos literários sobre livros e autores. Tornou-se padrão o livro de Cleanth Brooks e R. P. Warren, *Understanding Fiction* (1943). Na língua alemã, também os estudos sobre ficção se renovaram desde cedo. Marco inicial foi o livro de André Jolles, *Formas Simples* (1930), que na mesma linha de Propp estudou as manifestações elementares que a linguagem assume ao chegar ao nível literário. Entre outros nomes, destaca-se E. Auerbach, cujo *Mimeses*, de 1946, é uma das obras-primas da crítica contemporânea. A crítica francesa explodiu para a renovação na década de 1960, cujos nomes foram, entre os mais conhecidos: J. P. Weber P. Daix, S. Doubrovsky, R. Barthes, G. Bachelars, George Bataille, M. Blanchot, G. Poulet. Jean Rousset, Jean Starobinsk, J. P. Richard, Gerard Genette, Jean Ricardou, Michel Butor, C. Brémont, M. Foucaut, J. Lacan, P. Ricoeur, Charles Mauron, Lucien Goldman, Lévi Strauss, J. Derrida, A. J. Greimas, S. Todorov, J. Kristeva, Jean Paris, M. Zeradda, A. Robbe-Grillet, M. Raimond, J. Pouillon, G. Picon, G. Blin, J. P. Faye, J. Y. Tadié, F. Van Rossun-Guyon, e muitos outros. Frisa-se que espanhóis e italianos, também participaram dessa renovação, cujo fio da meada é longo e de raízes antigas

Ainda, e somente para mencionar aqui de forma sumarizada, Richard Sholes e Robert Kellogg, autores do livro *The Nature of Narrative* (1966), em sua investigação da arte narrativa desde os tempos primitivos, especialmente por meio da literatura do ocidente, propuseram examinar a arte de contar desde a epopeia antiga, as manifestações folclóricas, os “romances” medievais, até os romances modernos, com o intuito de mostrar como se originou e se desenvolveu a arte de narrar em bases estéticas, abrangendo temas como a herança oral na narrativa, a herança clássica, os mitos sacros, as lendas, as alegorias, a confissão, a sátira, e encarando o gênero com um todo, nos elementos estruturais: o significado, o personagem, o enredo, o pontos de vista. Com isso, eles mostram como o romance realista moderno, sendo a forma dominante da arte narrativa, tem um longo passado.

3-Narrativa pelo campo educacional

Salvo indicação contrária, pode-se afirmar que Philippe Lejeune, em seu livro *O Pacto Autobiográfico*, publicado em francês em 1975, influenciou o emergente interesse nas narrativas autobiográficas na educação brasileira nos anos 1980. Ao explorar a questão da definição de autobiografia, propondo que a autobiografia é um gênero literário baseado em um "pacto" entre o autor e o leitor, ele defendeu que esse pacto é um acordo

implícito onde o autor promete sinceridade e veracidade ao narrar sua própria vida. Assim, em sua definição de autobiografia, Lejeune apresenta o argumento da autobiografia como uma narrativa retrospectiva em prosa na qual uma pessoa real conta sua própria existência, focando em sua vida individual e na história de sua personalidade. Neste sentido, para esse autor verdade e sinceridade são pontos centrais os quais sempre precisam estar presente numa narrativa autobiográfica, pois Lejeune argumenta que uma autobiografia não é apenas sobre uma verdade factual, mas também sobre a sinceridade do autor em relação à sua própria experiência.

Juntamente com Lejeune, foi fundamental para estabelecer as bases teóricas da autobiografia como um veio a ser explorado nos escritos de Michel Foucault, com suas ideias sobre o poder, o discurso e a subjetividade influenciaram a análise das narrativas como construções sociais, as reflexões de Paulo Freire, cuja pedagogia crítica, que valoriza a experiência do aluno e a reflexão sobre a prática, também contribuiu para o interesse nas narrativas como ferramentas pedagógicas.

Embora seja difícil listar todos, alguns nomes importantes desse campo de conhecimento no Brasil incluem os nomes de Elizeu Clementino de Souza, considerado um dos principais pesquisadores brasileiros sobre histórias de vida e formação de professores; Maria da Conceição Passeggi, destacada por suas pesquisas sobre narrativas autobiográficas e formação; Vera Maria Candau, influente em estudos sobre diversidade cultural e educação, utilizando narrativas para dar voz a grupos marginalizados.

Em linhas gerais, então, aqui consideramos que a figura do *histor* está presente nas três situações narrativas aqui brevemente expostas – na narrativa histórica, na narrativa ficcional do romance e na narrativa presente na pesquisa educacional – pois que o *histor* é o narrador como inquiridor, construindo uma narrativa à base das provas que conseguiu acumular. O *histor* não é um personagem da narrativa, mas também não é propriamente o autor. É uma persona, uma projeção das virtudes empíricas do autor. Desde Heródoto e Tucídides que o *histor* vem se preocupando em firmar-se junto ao leitor como um repositório do fato, um incansável investigador e separador, um juiz sóbrio e imparcial – em suma, um homem de autoridade com direito não só a apresentar os fatos de maneira como ele os estabeleceu, mas a tecer comentários em torno deles, traçar paralelos, moralizar, generalizar, dizer ao leitor o que deve pensar e até mesmo sugerir o que ele deve fazer. Desde os seus primórdios que a história esteve intimamente ligada à retórica, e o *histor* antigo sabia que um dos primeiros deveres de um orador consistia em convencer a plateia sobre sua autoridade e competência em lidar com o assunto e questão.

4-Considerações finais

Com o fim divulgar os achados prévios de uma investigação teórica de como a narrativa está sendo mobilizada pelo campo educacional, seja como fonte de pesquisa e/ou exposição dos resultados da pesquisa educacional, foi brevemente exposto na seção 1: que elementos contrastantes e diferenças realizados pelos estudos da história do conceito de história e da ambiguidade cognoscitiva da história entre duas epistemologias não coincidentes, mas que possibilitaram uma interpenetração entre narrativa histórica e ficcional; na seção 2: que estudos do gênero narrativo mostram como o romance realista moderno, sendo uma forma dominante da arte narrativa, tem um longo passado; na seção 3: que a narrativa, para a área educacional, necessita atrelar-se ou mesmo atritar-se com o que foi exposto nas seções 1 e 2 a fim de definir as suas especificidades, diferenças e complementaridades quanto à natureza da narrativa presentes no campo da narrativa história e no campo da narrativa realizada pelos estudos literários. Em linhas gerais, os primeiros resultados apontam que a narrativa na área educacional – especialmente as auto narrativas - tem considerado que imaginação e linguagem, que aproxima História e Ficção, fecunda a elaboração de teorias científicas enquanto modelos da realidade, mas que sua metodologia se apresenta flutuante e inconclusa cristalizada na figura do *histor*, dificultando as tarefas dos pesquisadores que a mobilizam em suas investigações.

Referências

LEJEUNE, Philippe. *Le Pacte Outobiographique*. Paris, Seuil, 1975.

LIMA, Luiz C. Clio em questão: a narrativa na escrita da História, in: PRADO, Jr., Bento; PESSANHA, José A.; NEVES, Luiz F. B. et. ali, *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988, pp. 63-89.

NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional, in: PRADO, Jr., Bento; PESSANHA, José A.; NEVES, Luiz F. B. et. ali, *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988, pp. 9-35.

POMIAN, K. *L'Ordre du Tempes*. Paris: Gallimard, 1984.

SCHWARZ, Roberto. *Que horas são? Ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHOLES, Robert e KELLOGG, Robert. *The Nature of Narrative*. New York: Oxford University Press, 1966.